

CATEGORIAS DE EXERCÍCIO DO PODER EM ORGANIZAÇÕES COLETIVISTAS DE TRABALHO

Autoria: José Ricardo Vargas de Faria, Daniele Regina Pontes, Anne Pinheiro Leal, Renato Araujo, Anna Carolina Marques, William Haruhissa Hirayama

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar os resultados parciais alcançados pela pesquisa “Autogestão e Poder”, no que se refere à análise das categorias de exercício de poder propostas por Faria (2004). Os dados analisados até aqui foram obtidos por meio de entrevistas com participantes de quatro organizações que desenvolvem processos autogestionários: uma cooperativa do setor de confecção situada no Rio de Janeiro, uma cooperativa de serviços técnicos de engenharia situada em São Paulo, uma fábrica recuperada do setor de metalurgia, também situada em São Paulo e uma organização não governamental situada em Curitiba. Por meio de análise de conteúdo procurou-se identificar os elementos constituintes das categorias de exercício do poder que se expressavam nas falas dos entrevistados. Estes elementos fornecem subsídios para delimitação mais precisa do fenômeno pesquisado, orientando para aprofundar o entendimento de como as formas de controle social e as relações de poder intervêm nos processos e relações de trabalho, na gestão e nas articulações político-estratégicas das organizações coletivistas de trabalho.

1 Introdução

O presente artigo é resultado da primeira etapa de uma pesquisa que procura compreender as relações de poder em organizações que se propõem autogeridas, aqui denominadas organizações coletivistas de trabalho¹. Desta forma, é resultado do esforço e da contribuição de todos os participantes do Grupo de Pesquisa e não apenas de seus autores, que procuraram sistematizar neste texto as reflexões e os debates ocorridos até este momento.

Entende-se por organização coletivista de trabalho uma associação produtiva na qual seus trabalhadores desenvolvem processos autogestionários, ou seja, uma organização na qual “a coordenação das atividades produtivas é exercida pelos trabalhadores e o sentido constituinte das relações de produção deixa de ser a lógica da acumulação simples e ampliada, típica do modo de produção capitalista” (VARGAS DE FARIA, 2003, p. ix).

Originária da língua francesa, a palavra autogestão é relativamente recente no vocabulário moderno, podendo ser datada da década de 1950 em consequência da introdução, na Iugoslávia, de um sistema de organização econômica e estatal assim denominado (GUILLERM e BOURDET, 1976). Estes autores consideram que a autogestão constitui uma forma de organização social que pressupõe

uma transformação radical, não somente econômica, mas política, levando em conta que destrói a noção comum de política (como gestão reservada a uma casta de políticos) para criar um outro sentido da palavra política: a saber, a manipulação, sem intermediários e em todos os níveis, de todos os ‘seus negócios’ por todos os homens (*ibid.*, p.31).

Neste sentido, Faria (1985, p. 75-9) propõe que “a autogestão é um projeto que remete à organização direta da vida coletiva em todos os níveis, suprimindo um aparelho de direção: o Estado”. E afirma, com efeito, que a práxis da autogestão não consiste em “democratizar a economia capitalista, mas mudar seus fundamentos”. É uma mudança que pretende abolir as estruturas vigentes, de modo que o controle sobre o processo de produção seja exercido por todos os produtores, negando a diferenciação entre dirigentes e executantes, o fundamento das relações autoritárias típicas do modo de produção capitalista.

De fato, o surgimento do ideal da autogestão ocorre justamente sob o modo de produção capitalista – assim como os ideais cooperativistas e associativistas aos quais está intimamente relacionado – como projeto político sustentado por uma concepção de sociedade

dividida em classes sociais e pela necessidade da superação desta divisão. Assim, do mesmo modo que o anarquismo, o socialismo (utópico ou científico) e o comunismo, o projeto autogestionário surge de movimentos e experiências auto referenciados como resistência à condição de subordinação da classe trabalhadora ao capital.

Porém as experiências históricas ligadas à autogestãoⁱⁱ não foram capazes de se reproduzir a médio e longo prazo. Como resultado, durante a década de 1970 até a de 1990 decaiu o uso do termo autogestão, quando, após este período, passou a ser utilizado novamente, entretanto, com um novo sentido. Isto é: apesar de historicamente o conceito de autogestão ter surgido para definir um conjunto de relações que conformam um determinado modo de organização da sociedade, recentemente tem se difundido uma nova forma de utilização do conceito com a finalidade de definir experiências de organização autônoma de trabalhadores no interior do capitalismo.

Nesta especificidade histórica, a autogestão se define como estratégia coletiva dos trabalhadores, no âmbito das unidades produtivas, para negação de um determinado modo de produção e as ações e relações que a constituem estão fundamentadas nesta negação. A partir de Greenberg (1986) pode-se concluir que as motivações para que os trabalhadores se auto-organizem, referenciam-se a três questões: (i) a superação da alienação no trabalho; (ii) a superação do autoritarismo na gestão das organizações; (iii) a apropriação coletiva do excedente e dos meios de trabalho. Na literatura sobre autogestão é possível identificar três “princípios” que sustentam a constituição de organizações coletivistas de trabalho e que se encontram intimamente associados às questões citadas: i) a gestão democrática; ii) o efetivo controle do processo de produção pelos trabalhadores e ii) a distribuição do resultado respeitando a proporção do trabalho realizado e as necessidades objetivas do trabalhador, mas sem remuneração do capital investidoⁱⁱⁱ (VARGAS DE FARIA, 2005).

Ainda que se considere o argumento de Faria (1987) – de que a autogestão refere-se ao controle direto pelos produtores sobre os elementos econômicos e político-ideológicos da gestão do trabalho, e que somente pode realizar-se a partir da constituição, ao nível social, de um novo modo de produção, portanto, experiências em unidades produtivas constituem contradições que se operam no capitalismo como forças de enfrentamento, indicativos de viabilidade de sua superação, mas ainda muito incipientes para operarem qualquer transformação – toma-se como referencia estes princípios para definir o que denomina-se aqui de autogestão ao nível das unidades produtivas. Para fins de delimitação do objeto desta pesquisa, utiliza-se a denominação “Organizações Coletivistas de Trabalho” (VARGAS DE FARIA, 2003) para referir-se àquelas selecionadas para o estudo pelo fato de apresentarem características predominantemente autogestionárias ao nível das unidades produtivas, entendendo que o que direciona o seu processo de gestão é um enfrentamento à lógica capitalista de produção.

Delimitado o campo, deve-se observar o fenômeno, qual seja, as relações de poder nestas organizações. A partir da concepção teórico-metodológica denominada Economia Política do Poder (FARIA, 2004), que direciona os termos da investigação para as formas de controle social desenvolvidas e utilizadas nas organizações e sobre estas em relação a um contexto mais amplo, elaborou-se um quadro de referência que indica as categorias da pesquisa estruturantes de uma primeira mediação. Para Faria (2004) o poder pode e deve ser entendido como uma práxis não apenas relacional, mas uma práxis cuja natureza fundamenta-se em uma interação complexa e contraditória entre os sujeitos coletivos da ação e refere-se, neste sentido, a uma capacidade ou condição de mobilização, pois não há como dissociar o poder da inclinação a exercê-lo, que provém da própria ‘natureza’ humana.

Poder é a capacidade que tem uma classe social (ou uma sua fração ou segmento), uma categoria social ou um grupo (social ou politicamente organizado) de definir e realizar seus interesses objetivos e subjetivos específicos, mesmo contra a resistência ao exercício desta

capacidade e independentemente do nível estrutural em que tal capacidade esteja principalmente fundamentada. (FARIA, 2004: 141)

Nesta concepção os grupos sociais procuram realizar seus interesses objetivos e subjetivos – de natureza econômica, política, ideológica e psicossocial –, razão pela qual investem suas energias no acesso ao comando das principais estruturas da sociedade a fim de viabilizar e desencadear todos os mecanismos de controle social disponíveis para garantir o sucesso do empreendimento. É a partir da capacidade de mobilização em torno de relações sociais organizadas que os grupos podem ter acesso a esses espaços de forma a mantê-los ou transformá-los, e não o contrário; as relações de poder são, portanto, instituintes e não instituídas (FARIA, 2004).

A fim de analisar, portanto, como as organizações coletivistas de trabalho mobilizam-se em torno das relações de poder, propõe-se um esquema de análise que considere: (i) as dimensões dos interesses coletivos como instrumentos para o seu alcance, de forma que constituam níveis de controle social nas organizações; (ii) as categorias de exercício do poder como elementos da prática relacional que engendra o poder.

Em artigo anterior, abordando a fundamentação teórica específica para análise das relações de poder em organizações coletivistas de trabalho, procurou-se apresentar as principais categorias que orientam a pesquisa. Assim, este trabalho divide-se em quatro partes além desta introdução: na primeira recuperam-se sinteticamente os aspectos centrais da fundamentação teórica já apresentados em outro artigo; a segunda parte delinea a metodologia de pesquisa, com ênfase especial na etapa até aqui desenvolvida; a terceira parte apresenta os resultados parciais; e, por fim, apresentam-se as conclusões preliminares.

2 Análise do Poder em Organizações Coletivistas de Trabalho

Para constituir um esquema de análise para o estudo, considerou-se, inicialmente, a natureza dos interesses dos grupos sociais propostos por Faria (2004) que se estruturam em três níveis nos quais as relações de poder têm seu objetivo e ao mesmo tempo o seu instrumento, ou seja, atuam como níveis de controle social: o econômico, o político-ideológico e o psicossocial.

O nível econômico diz respeito às relações de produção, especialmente às relações de apropriação, valorização e trabalho. Trata da dupla natureza das relações de trabalho, ao mesmo tempo processo de produção e de valorização (MARX, 1983). No modo especificamente capitalista, esta valorização é uma relação econômica especial composta de dois processos diferentes: "(1) o intercâmbio da capacidade de trabalho pelo salário e (2) o uso da capacidade de trabalho pelo capitalista" (ROSDOLSKY, 2001, p.170). O primeiro processo estabelece um valor de troca para a força de trabalho e o segundo um valor de uso. Esse aspecto é importante, pois permite observar que, ao comprar força de trabalho no mercado de trabalho pelo seu valor de troca, o capitalista adquire sobre ela valor de uso e, neste sentido, a colocará para produzir no tempo e na forma ou processo mais adequado as suas conveniências, sejam elas propriamente econômicas ou gerenciais (FARIA, 1987). Marx (1983) conclui esta reflexão com a tese de que "como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias." (*ibid*, p.162). Depreende-se daí os dois elementos fundamentais da análise sobre a dimensão econômica do poder, sejam com a finalidade de reprodução deste sistema sejam como mecanismo de resistência a ele, quais sejam: o processo de trabalho e o processo de formação de valor, ou especificamente, do processo de valorização.

O nível político-ideológico trata da superestrutura construída a partir das relações de produção no sentido da sua institucionalização, tendo como suporte um sistema de ideais capaz de conferir legitimidade às ações de um determinado sistema econômico. Isso acontece no âmbito do Estado e os seus aparelhos (ALTHUSSER, 1980; GILES, 1985), da Escola (BOURDIEU e PASSERON, 1992) e das organizações em geral (PAGÈS et al., 1993), ou seja, de todo aparato normativo de uma sociedade. O nível político, assim, recobre o jurídico. Está, ainda, diretamente ligado às relações de dominação, que, em última instância, visam a legitimar e garantir a permanência e reprodução das relações de posse e poder. Em organizações capitalistas, esse processo é realizado mediante o despotismo, a hierarquia, a disciplina, a alienação, entre outros, elementos presentes, mesmo que implicitamente, nas teorias de gestão. Portanto, constitui uma importante dimensão para a análise do controle social nas organizações coletivistas de trabalho, visto que é responsável pela mediação necessária a uma proposta econômica de enfrentamento às organizações capitalistas.

O nível psicossocial refere-se às relações entre os sujeitos vivos, sejam estes individuais ou coletivos, inseridos nos processos produtivos e políticos. Procura integrar os aspectos objetivos (econômicos, político-ideológicos) aos aspectos constitutivos do sujeito em sua vida social, ou seja, sua afetividade. Desta forma, a psicossociologia integra uma sociologia crítica a uma psicologia de base psicanalítica, ao relacionar o indivíduo/sujeito ao seu ambiente social, seja ele institucional, organizacional ou grupal (FARIA, 2004). Observa-se que no nível psicossocial encontra-se a explicação para o movimento de vinculação entre os sujeitos concretos que é fundamental para o reconhecimento dos interesses em comum, condição essencial para as organizações coletivistas de trabalho. Por apresentar uma dinâmica dialética, em que sempre pólos antagônicos (prazer e angústia, alienação e reconhecimento, repetição e superação) estão em jogo, entende-se que esse nível de análise representa uma peça importante para o entendimento das relações de poder nas organizações, sobretudo as que são foco do estudo.

Em que pese as dimensões nas quais opera o controle social, de acordo com Faria (2004), o poder somente pode ser compreendido como prática relacional. Assim, é necessário entender como se dá o exercício do poder nas relações concretas, portanto, as condições objetivas e subjetivas da ação e mobilização coletiva.

As categorias do exercício do poder dizem respeito exatamente à subjetividade que contém seus próprios pressupostos, com densidade histórica no mundo que a organiza enquanto tal e não como algo aleatório, pois a história igualmente articula e organiza o aparato psíquico, de maneira que o sujeito encontra-se integrado nas relações objetivas que produzem as condições materiais de sua reprodução enquanto sujeito. Desta forma, é preciso tanto encontrar o coletivo no sujeito como o sujeito na constituição coletiva de sua própria atividade, ou seja, não há como compreender totalmente o subjetivo se não se chegar ao campo coletivo das determinações históricas. (FARIA, 2004, p. 144-5)

As categorias do exercício do poder podem assim ser sintetizadas: (i) Motivações objetivas e subjetivas dos sujeitos que constituem o grupo social. (ii) Condição de elaboração teórica e conceitual que permita ao grupo social a leitura da realidade, a identificação e a análise das dificuldades, das oportunidades, riscos e estratégias de ação política; (iii) Capacidade do grupo social de estabelecer relações entre a própria condição de manutenção da sua organização e a realidade em que está inserido, histórica e contextualmente; e (iv) Necessidade de preservação do caráter de identidade do grupo social e a reafirmação do sentimento de pertença de seus membros.

A partir desta breve revisão da fundamentação teórica apresentada em artigo anterior, retoma-se, neste trabalho o quadro sintético que orienta o esquema de análise proposto para o estudo do poder nos seus diferentes níveis de controle social, situando-os na sua concretude histórica pelas categorias do exercício do poder, conforme ilustra o quadro 1.

QUADRO 1. Esquema de Análise do Poder

NÍVEIS CONTROLE SOCIAL	CATEGORIAS DO EXERCÍCIO DO PODER			
	Motivações objetivas e subjetivas dos sujeitos que constituem o grupo social	Condição de elaboração teórica e conceitual que permita ao grupo social a leitura da realidade, a identificação e a análise das dificuldades, das oportunidades, riscos e estratégias de ação política	Capacidade do grupo social de estabelecer relações entre a própria condição de manutenção da sua organização e a realidade em que está inserido, histórica e contextualmente	Necessidade de preservação do caráter de identidade do grupo social e a reafirmação do sentimento de pertença de seus membros
Econômico	(1) Controle sobre o processo de trabalho: (1.1) Apropriação dos meios de produção e do produto; (1.2) Apropriação do conhecimento tecnológico, ou sócio técnico; (1.3) Organização e divisão do trabalho; (2) Controle sobre o processo de valorização: (2.1) Distribuição do valor, ou apropriação do resultado do processo de valorização; (2.2) Acumulação, ou formação do patrimônio			
Político-ideológico	(1) Sistema normativo; (2) Legitimação do sistema econômico; (3) Mascaramento dos conflitos (homogeneidade); (4) Interpretação do real; (5) Discurso da organização explícito; (6) Induções subjacentes ao discurso da organização; (7) Noção temporal da ação coletiva; (8) Sentido à ação coletiva; (9) Instituição do sujeito coletivo; (10) Legitimação do sistema econômico			
Psicossocial	(1) Mecanismos de afirmação e reconhecimento de si; (2) Mecanismos de identificação; (3) Mecanismos de idealização; (4) Fontes de prazer/angústia; (5) Pulsão de vida/pulsão de morte; (6) Imaginário enganador/imaginário motor			

FONTE: elaborado pelos autores a partir de FARIA (2004).

O esquema proposto parte dos níveis de análise do controle social, do econômico ao psicossocial, visto que os últimos representam manifestações do primeiro, conforme sua própria definição. Os estudos anteriores desenvolvidos na linha reflexão denominada Economia Política do Poder construíram um quadro explicativo próprio para compreender o controle social nas organizações especificamente capitalistas. Contudo, como se trata da análise de organizações que se propõe ao enfrentamento deste paradigma, optou-se por constituir parâmetros de controle diversos.

3 Metodologia da pesquisa

A pesquisa desenvolvida constitui-se em um estudo de caso múltiplo de natureza descritivo-qualitativa para a qual foram selecionadas quatro organizações coletivistas de trabalho. Buscou-se contemplar na escolha dessas organizações diferentes características de constituição e localizações geográficas, conforme aponta o quadro 2.

O método de pesquisa empreendido toma como referência a concepção de que o conhecimento é um fato (LEFEBVRE, 1975) que está imbricado na relação entre o movimento das coisas e os movimentos do pensamento, do que decorre que a ‘idéia’ apresenta-se como unidade entre conceito e realidade, entre sujeito e objeto, entre ideal e real. A indissolubilidade entre pensamento e realidade caracteriza o materialismo dialético e, no sentido ressaltado por LEFEBVRE (1975, p.49-50), implica que o conhecimento é prático (porque é a prática nos coloca em contato com realidades objetivas), social (porque é construído na interação entre os seres humanos) e histórico (porque foi adquirido e conquistado ao longo do tempo).

QUADRO 2. Organizações Seleccionadas para a Pesquisa

Organização	Característica	Localização geográfica
Omega	Fábrica Recuperada – setor industrial (filiada à Associação de Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão – ANTEAG)	São Paulo – SP
Alpha	ONG ligada à Economia Solidária	Curitiba – PR
Gama	Ligada a incubadora de cooperativas populares vinculada a universidade	Rio de Janeiro – RJ
Ipsilon	Profissionais autônomos ou liberais – serviços técnicos especializados	São Paulo – SP

FONTE: elaborado pelos autores.

Assim, a pesquisa desenvolvida demanda um processo de experimentação/reflexão (concreto/abstrato/concreto) que implica na necessidade de construção do objeto a partir de sucessivas aproximações. No caso em tela, realizou-se uma primeira etapa denominada de “aproximação precária” que teve por objetivo estabelecer o primeiro contato com os fenômenos analisados procurando, a partir de categorias gerais que constituem uma primeira mediação, reelaborá-los conceitualmente. O que se obtém anteriormente à elaboração teórica (a aproximação precária) é um primeiro contato do sujeito com o objeto que se estabelece pela ação do sujeito sobre o objeto que, neste momento, aparecerá apenas com sua aparência mais imediata: a informação que o sujeito retira está na forma manifesta do objeto. Mas, se o sujeito reflete sobre o objeto e sobre sua ação relacionada ao mesmo, se há uma ação e uma reflexão (se há uma práxis), o objeto não se dá a conhecer mais ao sujeito em sua aparência imediata, pois que se trata, agora, de um objeto elaborado e, como tal, resultante da atividade do sujeito. Nesta fase ocorre a percepção secundária (FARIA, 2004).

As informações apresentadas neste trabalho referem-se aos primeiros resultados da “aproximação precária”, realizada entre junho de 2007 e janeiro de 2008, a partir de entrevistas de roteiro semi-estruturado utilizando como referencia as categorias do exercício do poder (vide quadro 1). A coleta de dados será finalizada com mais duas etapas de entrevistas de roteiro semi-estruturado e estruturado, a fim de obter um processo de pesquisa dialógico. O tratamento dos dados dar-se-á mediante análise de conteúdo, conforme BARDIN (2002).

A análise de conteúdo constitui-se de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (ibid., p. 2). Dessa forma, a análise de conteúdo oscila entre dois pólos: o do rigor da objetividade e o da fecundidade da subjetividade. Os objetivos deste método repousam em duas dimensões: a de ultrapassar a incerteza de uma leitura pessoal, tornando-a válida; e a de enriquecer a leitura, auxiliando a descobrir conteúdos que um olhar imediato do texto não revela. Na prática, portanto, o método funciona como tentativa exploratória que aumenta a propensão à descoberta, assim como para verificar, através de uma análise sistemática, uma afirmação ou hipótese de pesquisa. Quanto ao seu aspecto instrumental, a análise de conteúdo não consiste em apenas um instrumento, mas em um conjunto de técnicas de análise das mensagens. Neste estudo, utilizou-se a análise de categorização temática, na qual os conteúdos são organizados em categorias significativas para o objeto de estudo.

Inicialmente, as categorias escolhidas foram aquelas apontadas no quadro 1 que subsidiou a elaboração de um roteiro semi-estruturado de entrevistas, empregado por todos nas pesquisas de campo com as organizações coletivistas de trabalho. Após a realização e transcrição das entrevistas, o conteúdo das mesmas e dos documentos foi discutido entre os pesquisadores, que trouxeram, em momentos de análise coletiva, a contextualização dos

discursos ali presentes, bem como compararam como o poder se exercia nas diferentes organizações. Assim, outras questões surgiram de forma que tais elementos passaram por nova análise e avaliação, no sentido de se readequarem às questões verificadas nas entrevistas, sendo alguns elementos mantidos, retirados ou ajustados aos novos conteúdos estabelecidos nas entrevistas. Tal procedimento resultou numa análise significativamente mais rica se comparado a um procedimento de análise caso a caso. A análise de conteúdo, dessa forma, agregou às categorias do exercício do poder iniciais outras dimensões, ampliando o poder de explicação da realidade da teoria de referência inicial. Desta forma, cada categoria estabelece, por meio dos elementos constitutivos, a sua vinculação com a realidade pesquisada, verificada a partir dos relatos e de informações trazidas pelos entrevistados, membros participantes destas organizações.

4 Categorias do Exercício do Poder e Autogestão: análise preliminar dos resultados

A primeira categoria refere-se aos motivos, objetivos e subjetivos, que justificam que o sujeito se vincule a uma organização com as características próprias da organização coletivista, às influências consideradas relevantes para tal aderência e manutenção na organização e aos motivos que geram o rompimento deste vínculo. Neste sentido, foram procuradas as influências internas – de grupos já constituídos – e as influências externas – relativas a outros grupos de pertencimento como associações, partidos políticos, sindicatos, instituições religiosas, dentre outros – que poderiam apresentar significado para a construção da organização ou para sua continuidade. Estes outros vínculos, assim como as influências presentes no início das organizações podem ser verificados em um dos relatos, em que o entrevistado atribui a formação da cooperativa da qual faz parte a uma experiência vivenciada e iniciada na universidade, como segue:

[...] bem parte de nós era militante do movimento estudantil [...] do Centro Acadêmico, DCE [...]. E a gente ia fazendo um debate de fortalecer o sistema universitário não só de pesquisa e de ensino, como também extensão universitária, a gente acreditava que através da extensão universitária a gente conseguiria fazer uma abertura da reflexão da universidade em si, e a maneira que a gente tinha de discutir a intenção era levando os movimentos sociais para dentro da universidade e a universidade e pra dentro dos movimentos sociais organizados [...] O que a gente discutia? Principalmente o fortalecimento de todos os grupos sociais, a requalificação dos movimentos habitacionais através de processos de fortalecimento de associação de construção e de gerenciamento de recursos públicos por autogestão. [...] Com o foco principalmente nos mutirões habitacionais, eles próprios construíam suas casas [...] (Entrevistado A - Organização Ipsilon)

Para outra entrevistada, a motivação se expressa de modo diferenciado, ainda que ambas o aspecto político tenha operado um papel relevante.

[...] a idéia de fazer uma organização pra formação política, pra formar lideranças populares, pós-ditadura militar e espaço de militância política para os militantes cristãos, porque a origem [da organização alpha] tem isso. [...] A militância religiosa tem um limite então as pessoas tinham necessidade de que avançasse politicamente. Então daí que surgiu a idéia de um Centro. (Entrevistada B - Organização Alpha)

Para além das motivações que deram início às organizações coletivistas, outras, de caráter similar aos ilustrados ou de natureza diferente, como é o caso da motivação econômica que aparece em alguns relatos, definem a continuidade dos empreendimentos ou o motivo determinante da saída de membros que não viram suas motivações se transformarem em objetivos concretizados no cotidiano das atividades realizadas nas organizações. O quadro 3 sintetiza os elementos constituintes que emergiram da análise de conteúdo.

QUADRO 3. Elementos Constituintes da Categoria I

<i>Categoria do exercício do poder</i>	<i>“Elementos Constituintes”</i>
CATEGORIA I motivações subjetivas e objetivas dos sujeitos que constituem o grupo social	1.1 contexto e motivações para a fundação da organização
	1.2 influência ou apoio de instituições (associações, partidos políticos, instituições religiosas, etc.) para a constituição
	1.3 motivações das pessoas ao se vincularem à organização
	1.4 comparação observada pelo grupo sobre os benefícios de se estar vinculado à organização em relação a outras organizações (é uma opção ou falta de opção?)
	1.5 motivações para que as pessoas permaneçam ligadas à organização
	1.6 motivações para que as pessoas considerem se desligar da organização
	1.7 impacto da figura do(s) fundador(es) na organização
	1.8 influência de uma idéia/mito/herói na mobilização do grupo em torno dos objetivos da organização

FONTE: elaborado pelo grupo de pesquisa.

A segunda categoria presente na pesquisa tratou da condição do grupo em ler o contexto em que está inserido e a forma de agir (a partir do seu entendimento sobre a sua condição neste determinado contexto) sobre as questões que se apresentam tanto do ponto de vista das oportunidades como dos desafios e dificuldades presentes na opção pela autogestão. Neste sentido, buscou-se também a identificação entre a elaboração teórica conceitual e a definição das estratégias e das ações de cada uma das organizações.

QUADRO 4. Elementos Constituintes da Categoria II

<i>Categoria do exercício do poder</i>	<i>“Elementos Constituintes”</i>
CATEGORIA II condição de elaboração teórica e conceitual que permita ao grupo social a leitura da realidade, a identificação e a análise das dificuldades, das oportunidades, riscos e estratégias de ação política	2.1 concepção compartilhada pelo grupo sobre a autogestão (ou outra forma de gestão que aponta nessa direção)
	2.2 diferenças (em termos de autogestão) que a organização possui em relação a outras organizações que são percebidos pelo grupo
	2.3 processo de formação (educacional, política, etc.) promovido na organização
	2.4 tipo de informações nas quais se baseia a tomada de decisão
	2.5 subsídios para o planejamento da ação da organização (nível de conhecimento do mercado, concorrentes, riscos, oportunidades)
	2.6 influência e autonomia com relação a discursos de senso comum do campo na elaboração conceitual sobre a leitura da realidade
	2.7 participação da organização em espaços de discussão (fóruns, conselhos)
	2.8 sistemática de reflexão sobre a própria prática organizacional
	2.9 vinculação dessa reflexão da prática com elementos teóricos (práxis)
	2.10 percepção da atuação das políticas públicas
	2.11 conflitos de valores/concepções internos sobre o projeto comum

FONTE: elaborado pelo grupo de pesquisa.

Os elementos constitutivos relacionados a análise desta categoria aparecem aqui, sob dois enfoques: as questões internas de uma administração que se pretende ou que se autodefine como autogestionária; e, as questões externas que subsidiam e reorientam as decisões das organizações coletivistas.

Tais questões podem ser vistas a seguir nos relatos dos membros de uma das organizações.

[...] a maior dificuldade que a gente encontrou em trabalhar com o poder público era a gente entender a burocracia, aí a gente começa a conhecer que existe a certidão negativa os documentos [...]. E outro negócio a tecnologia no mercado capitalista tem muita coisa que a gente ainda está inventando a roda... Inclusive e principalmente na gestão, porque tem uma questão que a gente foi ajustando ao longo dos tempos. (Entrevistado A - Organização Ipsilon)

Qual o modelo de presidência, ou de associação comunitária que elas têm? É de associação mesmo, de moradores, elas não têm outra coisa para equiparar, não sabem como acontece uma presidência de empresa, essas coisas todas. (Entrevistada B - Organização Alpha)

Como apontam os relatos, os elementos constituintes da Categoria II versam sobre questões referentes à leitura do contexto interno e externo conforme sintetizado no quadro 4.

A terceira categoria diz respeito à condição de manutenção das organizações coletivistas de trabalho, considerada a concretude da factibilidade de sua existência, tanto do ponto de vista da sua existência econômica, como da condição de possibilidade de manter as características sustentadas no que se entende por autogestão.

Outro apontamento trata do reconhecimento de uma organização como autogerida, se isto é considerado um diferencial do ponto de vista externo, o que significa questionar a relevância ou a capacidade de realização de um projeto que é reconhecido externamente.

Você ganha cliente... a gente conquistou um tipo de cliente que valoriza a parte social mas ele quer qualidade, ele quer entrega, ele quer tudo isso, e ele está muito certo porque é comércio. (Entrevistada C - Organização Gama)

Nesta linha, os aspectos identificados podem ser sistematizados conforme o quadro 5.

QUADRO 5. Elementos Constituintes da Categoria III

<i>Categoria do exercício do poder</i>	<i>“Elementos Constituintes”</i>
CATEGORIA III capacidade do grupo social de estabelecer relações entre a própria condição de manutenção de sua organização e a realidade em que está inserido, histórica e contextualmente	3.1 reconhecimento da autogestão como o diferencial da organização (percepção de fora da organização para dentro)
	3.2 percepção sobre o papel da organização na sociedade e no mercado sendo ela autogerida
	3.3 instrumentos para a construção de uma forma de gestão coletivista apesar das relações que estabelece com o mercado, que são baseadas na competição
	3.4 concessões conscientes do projeto compartilhado com relação a imposições/restrições/conveniências externas
	3.5 capacidade de mobilização de recursos para manutenção da organização
	3.6 relação com organizações como organismos governamentais e outras organizações (sejam autogestionárias ou não) para suprir limitações

FONTE: elaborado pelo grupo de pesquisa.

A quarta categoria trata das relações existentes entre o grupo (ou grupos) constituinte da organização coletivista. Neste sentido, as questões tratam da coesão do grupo, dos vínculos estabelecidos no interior da organização e dos espaços de constituição destes vínculos.

Os relatos ilustram o estabelecimento de vínculos de diferentes naturezas no interior dos grupos autogestionários. A análise da sua relevância para a manutenção do projeto coletivo denota alguns conflitos entre o estabelecimento dos vínculos e as motivações do grupo.

E aqui isso tem que ser muito mais trabalhado do que em qualquer outro trabalho, porque é comunidade. Então como é comunidade, é diferente de uma cooperativa de um prédio lá no centro da cidade, aonde 5 horas fechou a porta, ninguém sabe onde ninguém mora, nem como é que é seu filho, onde é que estuda. (Entrevistada C - Organização Gama)

A gente vai essa coisa humana, essa coisa do conhecer as pessoas, tudo isso aí é uma essência que a gente montou, mas existe uma diferença daqui para frente, até que eu falo que se a gente realmente quiser ajudar a gente tem que fomentar nas pessoas essa vontade do crescimento. (Entrevistado C - Organização Gama)

Deste modo, os elementos identificados nas falas traduzem especialmente a natureza associativa e afetiva dos vínculos estabelecidos, em detrimento de uma natureza econômica.

QUADRO 6. Elementos Constituintes da Categoria IV

<i>Categoria do exercício do poder</i>	<i>“Elementos Constituintes”</i>
CATEGORIA IV necessidade de preservação do caráter de identidade do grupo social e a reafirmação do sentimento de pertença de seus membros	4.1 coesão do grupo
	4.2 natureza do vínculo das pessoas entre si e das pessoas com a organização
	4.3 espaços existentes na organização para reflexão e exercício das relações inter e intrapessoais
	4.4 processo de desligamento dos componentes da organização
	4.5 ideologia compartilhada pelo grupo social
	4.6 instrumentos que garantam a continuidade do ethos do grupo

FONTE: elaborado pelo grupo de pesquisa.

As categorias e seus elementos constituintes orientam o segundo momento da pesquisa, que deve se desenvolver a partir do reconhecimento destas práticas na relação com as dimensões econômica, político-ideológica e psicossocial. O passo a seguir pretende iluminar de que modo as categorias do exercício de poder prescindem e operam os mecanismos de controle social definidos em cada uma das dimensões.

5 Considerações Finais

Este artigo apresenta os primeiros resultados teórico-empíricos do projeto de pesquisa Autogestão e Poder. Como mencionado anteriormente, este projeto tem o objetivo de compreender de que forma se dão as relações de poder em organizações coletivistas de trabalho, isto é, organizações que, atuando sob o sistema capitalista, estabelecem relações de enfrentamento e resistência, mas também de adaptação, buscando construir mecanismos de gestão que ampliem o domínio dos trabalhadores sobre os processos de produção e reprodução sociais. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a reflexão sobre a temática das relações de poder no campo das teorias organizacionais e, mais especificamente, da dinâmica do poder em organizações que não operam predominantemente sob a lógica do

capital revelando, com isto, as peculiaridades das estruturas e processos que constituem esta dinâmica. Neste sentido, a pesquisa se propõe a estender as fronteiras da produção teórica sobre o poder às formas organizacionais sob o comando dos trabalhadores.

Porém, ainda há um caminho a percorrer. Superado o desafio inicial, de elaboração de um referencial teórico próprio, capaz de abordar as formas coletivistas de organização dos trabalhadores, a partir do esquema teórico metodológico da Economia Política do Poder (elaborado mais especificamente para a compreensão das relações de poder em organizações sob o comando do capital), procura-se agora aprofundar a proposta reformulando-a de modo que atenda às exigências de compreensão das relações de poder em organizações com uma configuração diversa daquela encontrada nas tipicamente capitalistas. Neste sentido, não se toma ou elabora uma teoria que possa apresentar-se como pronta ou acabada, pois na medida em que se realizam sucessivas aproximações ao objeto, o próprio quadro teórico é reelaborado. Desta forma, destaca-se o compromisso da preponderância do real empírico com relação à teoria disponível, à medida que:

o método guia o sujeito em sua relação com o objeto, mas não pode lhe limitar os movimentos. Deste modo, partindo das relações do sujeito com o objeto e do avanço proporcionado pela própria ciência no domínio conceitual, vai sendo possível elaborar abstrações cada vez mais sutis, as quais suscitarão a definição de categorias analíticas (FARIA, 2004)

A pesquisa desenvolvida até aqui revela, entre outros fatores, a necessidade de debruçar-se sobre os conflitos e contradições que se desenvolvem nas organizações coletivistas de trabalho decorrentes das suas características sócio-históricas paradoxais. Se por um lado se constituem como instrumentos de defesa e resistência dos trabalhadores, por outro se realizam como formas de mediação destes com o modo de produção capitalista, operando sob aspectos próprios da reprodução deste sistema. Assim, cabe questionar, na segunda parte da pesquisa, se a iniciativa ou o projeto político-ideológico é capturado (e em que medida) pela preponderância de fatores econômicos alheios aos domínios dos trabalhadores e que definem a eficiência produtiva das organizações. Talvez, a pesquisa possa indicar que os próprios mecanismos de controle social são dissimulados na prática dos trabalhadores destas organizações como forma de garantir a convivência com contradições que lhes parecem insuperáveis. Assim, os conflitos entre sentido comunitário e empresarial, militância política e produtividade econômica, entre outros; que constituem simultaneamente a identidade, as motivações, as ações e as condições de manutenção do grupo devem, necessariamente, ser aprofundados na seqüência da pesquisa.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3ª ed. Lisboa: Martins Fontes, 1980.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, J. Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- FARIA, J. H. **Poder e trabalho**: as comissões de fábrica e a gestão das unidades produtivas. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1986.
- _____. **Relações de Poder e Formas de Gestão**. 2. ed. Curitiba: Criar Edições/FAE, 1985.
- _____. **Comissões de Fábrica**. Curitiba: Criar, 1987.
- _____. **Economia Política do Poder - Fundamentos**. v.1. Curitiba: Juruá, 2004.
- _____. **Economia Política do Poder - As práticas do Controle nas organizações**. v.3. Curitiba: Juruá, 2004.
- GILES, Thomas R. **Estado, Poder, Ideologia**. São Paulo: EPU, 1985.

GREENBERG, Edward S. **Workplace Democracy: the political effects of participation.** Ithaca and London: Cornell, 1986.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LÉFÈBVRE, H. **Lógica Formal / Lógica Dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

PAGÈS, Max, BONETTI, Michel, DE GAULEJAC e DESCENDRE, Daniel. **O Poder das Organizações.** São Paulo: Atlas, 1993.

VARGAS DE FARIA, José Ricardo. **Organizações coletivistas de trabalho: Autogestão nas unidades produtivas.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas: Curitiba, 2003.

VARGAS DE FARIA, José Ricardo. Autogestão. In: José Antônio Peres Gediel. (Org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania.** Curitiba: UFPR, 2005.

ⁱ Cabe apontar aqui que este estudo é parte intermediária de um projeto de pesquisa fomentado pelo CNPq, cujo objetivo é **analisar como as formas de controle social e as relações de poder intervêm nos processos e relações de trabalho, na gestão e nas articulações político-estratégicas das organizações coletivistas de trabalho.**

ⁱⁱ Os Sovietes, na Rússia, a Revolução Espanhola, greves na Itália e na França encabeçadas pelos “comitês unitários de base” (1968), a implementação transitória da autogestão na Argélia (1962) e Tcheco-Eslováquia (1968) e a Revolução dos Cravos (Portugal - 1974).

ⁱⁱⁱ Há que se fazer uma importante ressalva. Para Guillerm e Bourdet (1976) e Faria (1985, 1987), a autogestão nega o processo capitalista e, portanto, não poderia gerar mais valor. Por conseqüência, não poderia haver, para estes autores, alguma espécie de autogestão em organizações inseridas no capitalismo, pois eles pressupõem a autogestão somente no âmbito da organização social (autogestão como síntese). Tem se mostrado desafiador política, social, econômica e historicamente pensar na implantação de qualquer modelo que se aproxime de uma autogestão social, tornando-se, na mesma medida, desafiador pensar em uma organização que desenvolva um processo autogestionário em meio à sociedade capitalista. As ações e relações por ela estabelecidas não se dão em meio ao espaço vazio, isto é, todo o tempo será necessário estabelecer relações de (inter)dependência ou mesmo de enfrentamento (autogestão como antítese).